PROJETO DE LEI Nº , DE 2024

(Do Sr. RONALDO NOGUEIRA)

Altera os artigos 316, 317 e 333 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), a fim de aplicar as penas em dobro se os crimes de concussão, corrupção passiva e corrupção ativa forem praticados por ocasião de calamidade pública.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera os artigos 316, 317 e 333 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), a fim de aplicar as penas em dobro se os crimes de concussão, corrupção passiva e corrupção ativa forem praticados por ocasião de calamidade pública.

Art. 2° O art. 316 do Decreto-Lei n° 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), passa a vigorar acrescido do seguinte § 3°:

"Concussão

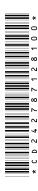
Art. 316	 	

§ 3º Aplicam-se as penas em dobro se os crimes previstos neste artigo forem cometidos por ocasião de calamidade pública." (NR)

Art. 3° O art. 317 do Decreto-Lei n° 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), passa a vigorar acrescido do seguinte § 3°:

"Corrupção passiva





	Art. 317
	§ 3º Aplicam-se as penas em dobro se o crime previsto no caput deste artigo for cometido por ocasião de calamidade pública." (NR)
•	Art. 4° O art. 333 do Decreto-Lei n° 2.848, de 7 de Código Penal), passa a vigorar acrescido do seguinte § 2°, tual parágrafo único para § 1°:
	"Corrupção ativa
	Art. 333
	§ 2º Aplicam-se as penas em dobro se o crime previsto neste artigo for cometido por ocasião de calamidade pública." (NR)
(Lei dos Crimes Hed	Art. 5° O art. 1° da Lei n° 8.072, de 25 de julho de 1990 iondos), passa a vigorar acrescido do seguinte inciso XIII:
	"Art. 1°
	XIII – concussão (art. 316, § 3°), corrupção passiva (art. 317, § 3°) e corrupção ativa (art. 333, § 2°), quando cometidos por ocasião de calamidade pública.
	" (NR)
	Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.





JUSTIFICAÇÃO

A presente proposição busca estabelecer que as penas sejam aplicadas em dobro se os crimes de concussão, corrupção passiva e corrupção ativa forem praticados por ocasião de calamidade pública.

Outrossim, torna hediondas essas condutas delituosas quando cometidas nessa situação.

Sobre o tema, cabe transcrever as sábias palavras do eminente penalista Guilherme de Souza Nucci, segundo o qual: a calamidade pública é uma situação de desgraça coletiva, proveniente de fatores variados, mas, para fins penais, equivalente a eventos fortuitos, como regra, de grandeza e larga extensão.¹

Ressalte-se que a ocorrência de uma calamidade pública impõe o dever social de mútua assistência, e o cometimento de crime nessas circunstâncias demonstra extrema frieza moral por parte de seu autor.

Por esse motivo, o crime cometido nesse cenário torna-se particularmente mais grave, ensejando uma agravação do juízo de reprovação da culpabilidade do agente.

Diante disso, este Projeto de Lei apresenta-se como uma medida indispensável à severa punição desses criminosos, razão pela qual contamos com o apoio dos ilustres Pares para a sua aprovação.

Sala das Sessões, em de de 2024.

Deputado RONALDO NOGUEIRA

2024-6285



¹ Disponível em: http://www.guilhermenucci.com.br/dicas/calamidade-publica. Acesso em 26/04/2020.

